



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022	
OBJETO	Contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Das 08h00m do dia 7 de fevereiro até às 14h30m do dia 18 de fevereiro de 2022 , no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
ABERTURA DAS PROPOSTAS	As propostas serão abertas no sítio www.comprasnet.gov.br (UASG 070024), às 14h30m do dia 18 de fevereiro de 2022 . A sessão pública será operada sistema no comprasnet, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
ENDEREÇO DO TRE/RO	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2165/2168/2082 Internet: www.tre-ro.jus.br
PREGOEIROS	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA JHONATHA SOUZA FONSECA JÚLIA CRISTINA SANTOS FIGUEIREDO MONTE ROBERTO AZEVEDO ANDRADE JÚNIOR E-MAIL: licitacao@tre-ro.jus.br



Sumário

1. PREÂMBULO	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	7
6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	8
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES	9
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	10
9. DA HABILITAÇÃO	12
10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO	15
11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP	17
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	18
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO	18
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	19
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2022
(PROCESSO Nº 0002802-74.2021.6.22.8000)**

1. PREÂMBULO

1.1. A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 173/2020, expedida pela Direção-Geral deste TRE/RO, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** do lote único, na forma de execução **INDIRETA**, sob o regime de **EMPREITADA POR UNITÁRIO**, consoante as condições estatuídas neste edital e seus anexos.

1.2. Esta licitação será regida pela Lei Complementar n. 123/2006, pela Lei nº 10.520/02, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e 10.024/19 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, além do previsto no preâmbulo do Termo de Referência.

1.3. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no comprasnet (www.comprasnet.gov.br), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, às **14h30m do dia 18 de fevereiro de 2022**.

2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. O edital estará disponível a partir das **08h00m do dia 7 de fevereiro de 2022**

- a) no sítio eletrônico da internet <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 070024);
- b) no sítio eletrônico da internet <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos> ou, ainda,
- c) mediante solicitação formal pelo e-mail licitacao@tre-ro.jus.br.

2.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados exclusivamente por meio eletrônico e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço: licitacao@tre-ro.jus.br.

2.4. O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

2.5. Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial na página da internet do TRE/RO, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço www.comprasnet.gov.br (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever das empresas licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

2.6. Havendo qualquer modificação no edital, será exigida divulgação pelo mesmo instrumento de publicação, no qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (**helicóptero**), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, devendo a aeronave possuir capacidade para, no mínimo, 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para a execução dos cronogramas e itinerários das viagens, nos termos e condições estabelecidos neste edital e seus anexos integrantes.

3.2. O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos no **Anexo I - Termo de Referência** deste edital o qual define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

3.4. No caso de eventuais divergências entre a descrição do bem/serviço e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece a descrição estabelecida no Termo de Referência.

3.4. As despesas decorrentes da eventual contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral, conforme abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPEZA AGREGADA	Votação em Locais de Dificil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1
	LDA TRANSP 2

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação quaisquer empresas do ramo que:

a) estejam previamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) – a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico “COMPASNET”

a.1) o credenciamento no SICAF, no nível básico ou nível I, é requisito obrigatório para participação no pregão eletrônico, uma vez que se constitui em credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal - COMPASNET;

b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital e que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.



4.1.1. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, junto à SLTI dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no Nível I - CREDENCIAMENTO, que é o nível básico do registro cadastral no SICAF, para participação em licitações eletrônicas.

4.1.2. Após o cadastro no SICAF, o fornecedor deverá se cadastrar no Comprasnet para participar das licitações eletrônicas.

4.1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.1.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

4.1.6. A verificação de que a licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

4.1.7. A manifestação da licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

4.2. No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

4.2.1. Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, a licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

4.2.2. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se a licitante declarante está devidamente enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



c) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;

d) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário);

e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal (art. 7º, da Lei nº 10.520/02), imposta por qualquer órgão ou entidade no âmbito interno da União (Acórdão TCU n. 2.242/2013);

f) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

g) empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

h) estrangeiras não autorizada a funcionar no País;

i) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE/RO.

4.4.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.5. Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e

c) declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.



d) participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.3 e 4.4 deste edital.

5. DA FORMA E DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

5.1. Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, **ACOMPANHADAS DOS ANEXOS DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

5.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

5.2. A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

5.2.1. A proposta deve conter, obrigatoriamente, o preço, no VALOR GLOBAL PARA O LOTE ÚNICO, abrangendo todas as rotas e respectivas operações, expresso em moeda corrente nacional.

5.2.2. Para efeito de cadastramento de proposta no sistema comprasnet, a empresa deverá informar 1 (uma) unidade e o valor GLOBAL DO LOTE ÚNICO (sem prejuízo do detalhamento mediante anexo de proposta), conforme exemplo abaixo:

OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Transporte aéreo	1	1.000.000,00(*)	1.000.000,00(*)

**Valor meramente exemplificativo.*

5.2.3. Constitui ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA, que deverá ser apresentado nos termos no item 5.1. deste Edital, quando do cadastramento da proposta no sistema:

a) Proposta detalhada, conforme MODELO DE PROPOSTA constante no ANEXO II, devidamente preenchido, com estrita observância ao item 8.4 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

a.1) No preenchimento do detalhamento da proposta (ANEXO II), as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários (viagens/itens) para cada operação de cada rota por turno de eleição e o valor total dos serviços, conforme o formulário padrão de propostas, posto que o valor proposto para cada viagem, de cada uma das respectivas rotas, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

5.3. Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

5.3.1. A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo,



sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO/RECUSA DA PROPOSTA PARA O ITEM, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

5.4. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

5.4.1. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos no preço, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

5.5. Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;

b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação da proposta.

5.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

5.7. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da Sessão Pública.

5.7.1. Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final;

5.7.2. Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

5.7.3. O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.

5.7.4. Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

5.7.5. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro, através do Sistema Eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas e encaminhadas, no prazo avençado.

6.2. Serão previamente desclassificadas, não havendo possibilidade de as respectivas licitantes participarem da fase de oferecimento de lances e sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital as propostas que:

a) não atenderem às especificações do edital, seja por omissão, irregularidades ou defeitos insanáveis; e



b) contenham quaisquer elementos que possam identificar as licitantes.

6.2.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujos valores consignados e horários de seus registros serão informados em tempo real a todas as licitantes participantes, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante ofertante.

7.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **VALOR GLOBAL PARA O LOTE ÚNICO**, expresso em moeda corrente nacional.

7.1.2. O valor proposto para cada viagem, de cada uma das respectivas rotas que compõem o lote único, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, observados os termos do item 7.2.

7.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. Será adotado o modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

7.6.1. Após o prazo do item 7.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.6.2. Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3. Encerrada a fase de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico



<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos>.

7.8. Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

7.9. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

7.9.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no item 7.9, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio realizado pelo sistema eletrônico.

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

8.2. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR VALOR GLOBAL PARA O LOTE ÚNICO, observados os valores máximos estimados para cada operação/viagem.

8.3. A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu **VALOR** ofertado com aqueles estimados pela Administração e à consonância desses valores com aqueles praticados no mercado, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos, especialmente àquelas relativas aos prazos máximos para execução dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos.

8.4. Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção da melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.5. No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta (exceto quando os preços referirem-se a materiais de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) bem como, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada, sendo considerados preços manifestamente inexequíveis aqueles que não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.5.1. Verificada proposta presumidamente inexequível, a proponente será convocada via chat a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o valor da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos.



8.5.2. O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.6. Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta da licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta da licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

8.7. Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará, **se for o caso**, o ANEXO DE PROPOSTA somente ao licitante detentor da proposta válida, de menor preço, que esteja em análise, fazendo uso da opção CONVOCAR ANEXO, informando o sistema na tela do Pregoeiro na coluna “ANEXO”, o *link* “CONVOCADO”,

8.7.1. O Sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos de proposta ao licitante selecionado, momento do qual passará a contar o prazo máximo de até 2 (duas) horas para apresentação do anexo de proposta solicitado, o que deverá ser feito por meio do *link* ANEXAR, disponível ao licitante.

8.7.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

8.7.3. Realizada a entrega do anexo de proposta por parte do licitante, o *link* CONVOCADO do Pregoeiro e o *link* ANEXAR dos demais fornecedores passarão a ter a função de CONSULTAR.

8.7.4. O ônus da apresentação dos anexos de proposta, comprovações e documentação complementar é da empresa licitante, cabendo-lhe a responsabilidade pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

8.8. Havendo necessidade de apresentação de **documentos complementares** para confirmação daqueles exigidos no edital **e já apresentados** pelo licitante que apresentou o menor preço, seja para verificar o atendimento às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital ou por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a essa licitante, através do Sistema COMPRASNET – Opção CONVOCAR ANEXO, **documentação complementar**, no prazo e forma previstos no item 8.7., prorrogável, a critério do Pregoeiro.

8.8.1. O prazo para envio da documentação complementar previsto no item 8.8 poderá correr simultaneamente com o prazo previsto no item 8.7.1.

8.8.2. O não envio pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

8.8.3. O anexo apresentado poderá ser submetido à análise da unidade técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do serviço ofertado em relação às especificações técnicas definidas neste edital.

8.9. Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar informações e/ou documentos complementares, sendo motivo de recusa da proposta o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte da empresa licitante.

8.10. Será recusada a proposta:



- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitado pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor encontre-se acima do preço praticado no mercado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos;
- c) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital;
- d) se a proponente não apresentar amostras, comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligências solicitados pelo Pregoeiro;
- d) se a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações, diligências e amostras.

8.11. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

8.12. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferição da exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações apresentadas analisada pelo Pregoeiro.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitação da licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) qualificação técnica;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) regularidade fiscal e trabalhista (Lei n. 12.440/11); e
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n. 9.854/99).

9.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** são os seguintes:

a) Da empresa:



I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto;

i) Os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

II - Cópia da Outorga da Autorização para Operar expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (art. 180 e 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica);

III - Certificado de Operador Aéreo - COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes definidas em RBAC;

IV - Cópia das Especificações Operativas, **na qual conste também autorização para realizar operação em terreno desabitado ou selva**, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

V - Autorização para realizar operação em áreas de pouso ocasional em conformidade com o item 91.327 (OPERAÇÃO DE HELICÓPTEROS EM LOCAIS NÃO HOMOLOGADOS OU REGISTRADOS), de acordo com as regras vigentes do RBHA ANAC n. 91 e eventuais alterações;

VI - Seguro de Responsabilidade do Transportador Aéreo (RETA), de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo, ou seguro comprovado pela apólice vigente e respectivo comprovante de pagamento do prêmio para cobertura de sinistros.

b) Da aeronave ou aeronaves indicadas para a execução dos serviços:

I - Comprovação do Registro da Aeronave indicada para a execução dos serviços na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações;

II - Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade da aeronave (ou das aeronaves) indicada para a execução dos serviços, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

III - Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) aprovada e dentro do prazo de validade **ou** registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a Inspeção Anual de Manutenção (IAM), em conformidade com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 91 e eventuais alterações;

IV - Licença de Estação da Aeronave emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de acordo com a Lei n. 9.472/1997 e eventuais alterações.

c) Do piloto indicado para a execução dos serviços:

I - Identificação do piloto, comprovada por meio da Caderneta Individual de Voo (CIV), expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações;



II - Comprovação das licenças e habilitações válidas do piloto, expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações, que podem ser complementados por declarações e atestados de horas de voo do piloto, emitidos pelas empresas de taxi aéreo ou contratantes dos serviços;

III - Certificado Médico Aeronáutico (CMA) do piloto, válido e regular, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 67 e eventuais alterações;

V - Licença para exercer a atividade de piloto comercial de helicóptero (PCH), válida e regular, expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações.

9.4. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** são os seguintes:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica.

9.4.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deve apresentar, no mesmo ato, a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

9.4.2. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e em seus anexos.

9.5. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

e) Prova de regularidade junto à Fazenda Pública Estadual e Municipal, se for o caso.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

9.6. As declarações abaixo deverão ser enviadas pelo licitante através do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET no momento do envio da proposta, sendo obtidas pelo Pregoeiro diretamente do sistema na fase de habilitação:

a) declaração de ciência e concordância com as regras do edital (art. 4º, VII, da Lei 10.520/02);



- b) declaração da condição de ME/EPP (art. 13, §2º, do Decreto 8.538/15);
- c) declarações de inexistência de fato superveniente (art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93);
- d) declaração de adequada empregabilidade de menor (art. 27, V, da Lei nº 8.666/93);
- e) declaração de elaboração independente de proposta (IN/MPOG nº 02, de 16/09/2009);
- f) declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado (inc. III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal).
- g) declaração de acessibilidade (art. 93 da Lei nº 8.213/91) ou de sua inaplicabilidade;
- h) declaração de cota de aprendizagem (art. 429/CLT) ou de sua inaplicabilidade.

9.7. Constituem, ainda, documentos de habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ da licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;
- c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO> e obtenção de certidão negativa.

10. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1. A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema Comprasnet, **NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE SUA PROPOSTA**, por meio de chave de acesso e senha, sendo vedada a apresentação posterior de documento que deveria ter sido apresentado no momento do cadastramento da proposta no sistema.

10.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, cuja eventual falsidade sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação regente.

10.3. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital **e já apresentados**, deverão ser apresentados pelo licitante melhor classificado no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.3.1. Para apresentação de documentação complementar, o Pregoeiro efetuará a solicitação mediante do uso da função CONVOCAR ANEXO, a qual, uma vez utilizada, informará na tela do Pregoeiro que

foi aberto *link* de comunicação para envio de arquivos eletrônicos, apresentando o *status* “CONVOCADO” e encaminhará à licitante, via CHAT, mensagem de convocação para envio de anexo, registrando o horário da mesma, o qual constitui o marco inicial da contagem do prazo.

10.3.2. Dentro do prazo concedido, o Pregoeiro poderá fazer uso da função CONVOCAR ANEXO quantas vezes forem necessárias, não caracterizando prorrogação.

10.3.3. Uma vez solicitados, o ônus da apresentação dos documentos complementares é da empresa licitante, cabendo-lhe a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

10.4. A documentação exigida para atender ao disposto no item 9.1 e respectivos subitens, incisos, parágrafos e alíneas, do caput poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

10.4.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser apresentados nos termos do disposto no item 10.1.

10.4.2. Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pela licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.4.3. A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

10.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

10.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

10.7. Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, será observado o intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação no sistema.

10.8. A licitante será INABILITADA se:



- a) não apresentar a documentação exigida no edital, quando do cadastramento de sua proposta;
- b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;
- c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.
- d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;
- e) a licitante expressamente abrir mão do prazo estipulado pelo Pregoeiro para comprovações, complementações e diligências.

10.9. No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte do licitante posteriormente classificado, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.10. Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, a licitante será **HABILITADA** e declarada vencedora.

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015.

11.2. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

11.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei nº 10.520/02.

11.6. O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 11.4, devidamente requerida e justificada pela licitante, deverá ser justificado pela Administração.

11.7. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, podendo ensejar a abertura de processo administrativo com vistas à aplicação de penalidade, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520.



11.8 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Após declarar a vencedora do certame, o Pregoeiro deverá conceder o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante possa, imediata e motivadamente, manifestar intenção de recorrer, registrando sua manifestação no sistema.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada no prazo de 30 (trinta) minutos implicará decadência do direito de recurso das licitantes.

12.3. Não havendo apresentação de intenção de recurso, o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.4. Apresentada a intenção de recurso, sendo esta aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.4.1. As razões e contrarrazões recursais devem ser apresentadas via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

12.4.2. Caso a licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazer a solicitação em suas razões ou contrarrazões. O pleito será analisado pelo Pregoeiro que, se entender pertinente, fará a convocação de anexo via sistema, logo após o prazo das contrarrazões, concedendo prazo de 1 (um) dia útil para apresentação dos documentos via sistema, aplicando-se o disposto no item 10.3.3 deste edital.

12.5. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

12.6. A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer, hipótese em que o Pregoeiro poderá adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora.

12.7. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Decididos os recursos, a autoridade competente poderá efetuar a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologar o certame.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA E DO CONTRATO

13.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver o instrumento contratual, adaptado à proposta vencedora, devendo:

a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;

b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: **contratos@tre-ro.jus.br**.

c) comprovar, no ato da assinatura do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



d) assinar o instrumento de contrato pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:

d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do Contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

13.2. Se a adjudicatária não cumprir os prazos estabelecidos nas alínea “d1” e “d2” do item 13.1, sem justificativa formalmente aceita pelo Diretor-Geral do TRE/RO ou se a documentação prevista na alínea “c” não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o instrumento contratual, sem prejuízo das multas previstas neste edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

13.3. O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante do Contrato.

13.4. Assinado o contrato, ficam a Administração contratante e a contratada obrigadas a cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no instrumento.

13.5. Deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93

13.6. A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

13.7. À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, conforme o caso, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

14.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/19, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeita-se à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE/ADJUDICATÁRIA/COMPROMISSÁRIA/CONTRATADA que:



- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o instrumento contratual;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

15.2. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

15.5. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

15.6. A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada, a ser entregue, se for o caso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, na sede Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sito à Av. Presidente Dutra, 1889. Baixa União, Porto Velho – Rondônia. CEP 76.805-901.

15.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. A recusa de proposta, a inabilitação da licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.9. As hipóteses de desclassificação ou recusa de proposta e inabilitação dos licitantes poderão ensejar a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de penalidades, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, salvo nos casos em que forem acatadas pelo gestor as justificativas apresentadas.



15.10. Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

15.11. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

15.12. A anulação do procedimento induz à anulação das obrigações da adjudicatária ou contratada.

15.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

15.14. Os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas são de responsabilidade exclusiva das licitantes.

15.14.1. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

15.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

a) quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no TRE/RO.

b) quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos.

c) quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.

15.17. Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília**, devendo as licitantes observar, também, quando aplicável, o horário oficial de verão.

15.18. A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no Diário Oficial da União.

15.19. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.20. Caso não compareçam interessados ao certame, o objeto deste pregão poderá, se assim decidir a Administração, ser contratado com dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

15.21. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes do Decreto Federal 10.024/19, das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e da legislação correlata.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

15.22. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta;

ANEXO III – Minuta de Contrato.

Porto Velho, 3 de fevereiro de 2022.

ANDERCLEDSON REIS

Pregoeiro



ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Em atendimento ao disposto incisos I a III do art. 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 3º, inciso XI, c/c 8º, inciso II, ambos do Decreto Federal n. 10.024/2019, elabora-se o presente Termo de Referência para contratação, por meio de pregão eletrônico, de empresa especializada na prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para atender demanda do Pleito Eleitoral de 2022.

1.2 De acordo com o art. 9º da Lei n. 10.520/2002, aplicam-se ao pregão eletrônico, de forma subsidiária, as normas da Lei n. 8.666/93.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (**helicóptero**), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, devendo a aeronave possuir capacidade para, no mínimo, 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para a execução dos cronogramas e itinerários das viagens descritos no quadros adiantes e nas demais condições especificadas neste termo de referência:

1º TURNO:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/Costa Marques /Pedras Negras /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022) período da manhã

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

2º TURNO (SE HOVER):

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará- Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa Marques / Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

2.2 NOTA IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas que possam ser adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

2.3 NOTA IMPORTANTE - INFORMAÇÕES DO AEROPORTO DE GUAJARÁ-MIRIM: A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA). **Independente dessas informações, TODOS os voos foram previstos para iniciar e encerrar em período diurno.**

2.4 DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

I - O **TRASLADO** previsto no quadro de viagens se refere ao deslocamento inicial da cidade onde a aeronave se encontra até a cidade de Guajará-Mirim e o retorno ao seu local de origem.

II - Os serviços consistem na distribuição e recolhimento de pessoal, urnas eletrônicas e materiais diversos, organizados em viagens e rotas, conforme descritas adiante:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES:

I - Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09 ou 30/09/22), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09 ou 30/09/22), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/Costa Marques/Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022), período da manhã

a) **Período previsto de execução:** 08h do dia **29/09/2022 (quinta-feira)** até às 18h do dia **03/10/2022 (segunda-feira)**.

b) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022).

c) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

c) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

II - Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/Costa Marques/Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

a) A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelo Juízes Eleitoral de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado previamente ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.

b) Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

c) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022).

d) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

e) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

III - Operação de Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

a) Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.

b) Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2º TURNO DAS ELEIÇÕES (SE HOVER):

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

a) **Período previsto de execução:** 08h do dia 27/10/2022 (quinta-feira) até às 18h do dia 31/10/2022 (segunda-feira).

b) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- c) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
d) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.

- a) A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juizes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado previamente ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.
b) Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.
c) Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022).
d) A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
e) A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa Marques / Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

- a) Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.
b) Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2.5 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO:

I - Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

II - A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência e na legislação aplicável, tais como: tarifas aeroportuárias, comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil e

outros.

III - A contratada deverá arcar também com os custos inerentes à segurança da permanência da aeronave no solo, transporte e alimentação de seus tripulantes.

IV - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim:

a) No 1º turno das eleições: a partir das 9h do dia 29 de setembro de 2022 (quinta-feira) até às 18h do dia 3 de outubro de 2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto;

b) No 2º turno das eleições, se houver: a partir das 9h do dia 27 de outubro de 2022 (quinta-feira) até às 18h do dia 31 de outubro de 2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

V - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são:

1. Guajará-Mirim: Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 065° 20' 22'' W

2. Santo André: Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W

3. Rio Negro Ocaia: Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W

4. Pedras Negras: Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W

5. Costas Marques: Latitude: 12° 26' 42'' S // Longitude: 064° 13' 37'' W

3 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 Da Necessidade:

A 1ª Zona Eleitoral de Guajará-Mirim e a 5ª Zona Eleitoral de Costa Marques possuem localidades de **difícil acesso** no interior de suas áreas de atuação jurisdicional.

Em alguns distritos não há acesso facilitado por terra e água, em decorrência das condições geográficas e climáticas dessas regiões, aliado, ainda, ao pouco ou quase nenhum desenvolvimento econômico.

Outro fator que contribui para o agravamento do problema é o elevado número de aldeias indígenas em regiões fronteiriças ou com demarcação de reservas florestais, cuja localização é afastada dos centros urbanos, também sem qualquer estrutura de acesso, seja por via terrestre ou fluvial.

A Justiça Eleitoral de Rondônia vem provendo meios de transporte alternativos para a montagem de estruturas de votação e para a realização dos Pleitos Eleitorais, seja por meio de locação ou requisição de veículos, de locação de barcos ou mesmo, como último recurso, o fretamento de aeronaves, dado seu elevado custo, utilizado somente quando impossibilitadas as logísticas alternativas de transporte terrestres e fluviais.

Nos pleitos pretéritos este Tribunal vem utilizando aeronaves para realizar o acesso a esses locais de votação, especialmente para as localidades de Aldeia Rio Negro Ocaia, Aldeia Santo André e Distrito Pedras Negras.

Considerando que não há alteração nesse quadro em relação às Eleições de 2020, os chefes de cartório de Guajará-Mirim e Costa Marques solicitaram (**0750248 e 0750688**) a manutenção da logística de transporte aéreo por meio de helicóptero para atender essas localidades nas Eleições de 2022.

3.2 Perspectiva do interesse público - a contratação objetiva a promoção da cidadania de comunidades carentes localizadas em áreas de difícil acesso:

Embora o percentual de eleitores atendidos seja bastante pequeno, a solução excepcional de transporte encontra-se justificada, posto que compete a este Tribunal, em função de disposição constitucional e do Código Eleitoral Brasileiro, prover toda a logística de votação para as localidades de difícil acesso, com vistas a garantir o direito do cidadão brasileiro de exercer sua soberania por meio do Sufrágio Universal.

O quadro adiante reproduz a distribuição dos eleitores que serão atendidos

DISTRITOS / LOCALIDADES / POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
Aldeia Rio Negro Ocaia	02	469
Aldeia Santo André	02	349
Distrito Pedras Negras	01	78
TOTAL	05	896

Fonte das informações: eventos 0750248 e 0750688.

3.3 Da escolha da solução:

As distâncias dessas localidades à sede dos cartórios eleitorais são muito grandes. O meio de transporte mais seguro e rápido para atendê-las nas atividades de preparação e realização das eleições é comprovadamente a via aérea

A via aérea se mostra ideal, adequada, rápida e mais segura. A opção da contratação de aeronave do tipo

helicóptero se deve pela maior flexibilidade na realização de pousos nas localidades que serão atendidas, entre as quais somente o distrito de Pedras Negras possui pista de pouso e decolagem para aeronaves, tipo avião de pequeno porte, mas por vezes está em manutenção, além de apresentar difícil acesso até a localidade. Outras alternativas possíveis seriam o transporte terrestre e fluvial, contudo, ambas são inviabilizadas para essa região. Primeiro porque **não há nessas três localidades vias terrestres (estradas) em condições viáveis de trânsito.**

Em relação à via fluvial, é de conhecimento notório que, para as localidades de **Rio Negro Ocaia e Santo André** (Guajará-Mirim), nessa época do ano (outubro), **os rios de acesso se tornam não navegáveis por meio de barcos com motores convencionais, pois os rios ficam extremamente rasos.** A navegação somente é possível com barcos de pequeno porte (máximo de 03 pessoas), com motores estilo "rabeta", o que não proporciona nenhuma segurança as pessoas e a carga, além do tempo de chegada, que poderá ser de até 12 horas.

Para o **Distrito de Pedras Negras** (Costa Marques), o acesso pela via fluvial é viável, mas o tempo de deslocamento é em média de 13 horas, o que se mostra sacrificante e perigoso para os colaboradores e com riscos de danos para a carga (urnas eletrônicas e suprimentos).

As especificações mínimas exigidas para a aeronave, tipo helicóptero, justifica-se porque são aquelas mais usuais no mercado, além de atender perfeitamente as necessidades da demanda.

Quanto a definição do período (em dias) de disponibilidade da aeronave, justifica-se pelas peculiaridades climáticas da região que se mostra bastante instáveis nessa época do ano (outubro) com a ocorrência de pancadas de chuvas ao longo de todo o dia, o que pode comprometer as operações em determinados dias. Por tal motivo e necessária a disponibilidade da aeronave com pelo menos dois dias de antecedência às vésperas das eleições.

Os serviços foram dimensionados para atendimento dos 2 turnos de votação (embora possa ocorrer apenas o 1º turno) e subdivididos por **tipos de operação e Rotas**, para melhor identificar e especificar a logística adotada.

Além disso, em cada turno de eleição foi previsto a chamada "**Operação de Contingência**", servindo de **reserva técnica** para atender as situações de emergência e imprevisíveis durante a logística de operação normal, condicionando o pagamento somente quando realizado, seja parcialmente ou total.

4 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, tanto pela garantia dos direitos fundamentais, quanto pelo fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. Já em relação aos PROCESSOS INTERNOS concretiza a promoção da sustentabilidade.

A contratação consta no Planejamento Anual das Contratações para 2022 e se trata de despesa atrelada ao orçamento de eleições inserta da PLOA 2022 - Eleições, evento 0736673, em tramitação.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão exigidos critérios de sustentabilidade **social e ambiental.**

O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021.**

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Em razão desses normativos, como **requisitos sociais e ambientais**, as empresas prestadoras dos

serviços deverão:

- a) Usar equipamentos homologados pela ANAC, ANATEL e ABNT, no que diz respeito a normas técnicas e ambientais;
- b) Adotar mecanismos que minimizem os efeitos prejudiciais da aviação civil sobre o meio ambiente, particularmente no que diz respeito a ruídos e emissão de gases dos motores das aeronaves.
- c) Fornecer aos pilotos e passageiros os equipamentos de segurança que se fizerem necessários durante a execução de serviços;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

A qualquer momento a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências

6 - DO VALOR ESTIMADO – PESQUISA DE MERCADO / COTAÇÃO DE PREÇOS

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/19, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação do serviço de fretamento de aeronave detalhado neste termo de referência está prevista no planejamento orçamentário desta unidade, despesa custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais do exercício de 2022, previsto do PLOA, registrado no processo 0003698-54.2020.6.22.8000, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1 LDA TRANSP 2

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

I - Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada a **modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 10.024/19, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço para o lote único.**

II - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS: Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Art. 15, §1º e §2º, do Decreto Federal 10.024/2019; Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

8.2 DO AGRUPAMENTO DAS VIAGENS EM ROTAS E DE TODOS OS SERVIÇOS DO 1º E 2º TURNOS EM LOTE ÚNICO:

I - Inicialmente deve ser registrado a identidade entre os serviços que compõem o objeto, todos de mesma natureza, os quais podem ser prestados por uma única empresa.

II - Vantagem econômica: Por certo, a divisão das viagens em itens diminuirá a competitividade, já que os valores seriam divididos por 3 ou 4, dependendo a rota. Agrupadas, as viagens que integram cada rota serão financeiramente mais atraentes às empresas do ramo pela economia de escala.

De notar-se que está sendo previsto o **traslado**, em cada turno, de apenas uma aeronave até o local dos serviços. Acaso abertas as rotas em itens, a Administração teria que arcar com o custo do traslado de até 3 aeronaves, em cada turno, o que não seria razoável porque oneraria de forma múltipla o valor total dos serviços. Acrescentando que caso ocorresse a separação dos trechos em itens, poderíamos ter empresas com oferta de lances apenas para um trecho, e sem proposta para outros, tornando a licitação deserta ou fracassada, diferente do que ocorre na inclusão de lote, em que a proposta oferecida inclui todos os trechos necessários à realização de todos os deslocamentos previstos. Além disso, com a prestação dos serviços por uma única empresa os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência.

Raciocínio bastante parecido também justifica o **agrupamento das viagens do 1º e de eventual 2º turno**. Como registrado, a prestação dos serviços por uma única empresa contribuem para mais agilidade e eficiência em todos os procedimentos das viagens. Mas há outro fator a considerar. Tendo como certas apenas as viagens do 1º Turno - já que as demais são eventuais, condicionada à ocorrência do 2º turno das eleições - acaso separadas as viagens poderá acontecer de a licitante vencedora das rotas do 2º turno firmar contrato com a Administração porém **não prestar qualquer serviço** pela finalização do pleito já no 1º turno, embora tenha que "reservar" a aeronave somente para o cumprimento dessa obrigação eventual. Esse quadro de incerteza certamente repercutirá no preço e, por fim, afetará a economicidade da contratação.

8.3 AFASTAMENTO DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

I - Face às razões expostas nas justificativas do **agrupamento** de todos os serviços do 1º e 2º turno em lote único, embora se trate de rotas separadas mas que, se assim contratadas não traria vantagem à Administração, deverá ser afastado o regime diferenciado das ME/EPP's, de acordo com o art. 49, III, LC n. 123/2006 e o art. 10, II, Decreto n. 8.438/2015. Isso porque o valor total estimado do lote único excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP.

II - As ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

8.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.4.1 Na elaboração da proposta a licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

8.4.2 No preenchimento da proposta, as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários (viagens/itens) para a operação de cada rota por turno de eleição e o valor total dos serviços, **conforme o formulário padrão de propostas (ANEXO ÚNICO)**, posto que o valor proposto para cada **viagem**, de cada uma das respectivas rotas, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

8.4.2.1 As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO ÚNICO** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

8.4.3 Os lances serão ofertados sempre em relação ao valor total da proposta com o respectivo ajuste/redução dos preços das operações/viagens individuais que compõem os serviços.

8.4.4 Sagrar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o **menor valor global do lote único** para a execução dos serviços especificados neste termo de referência, compreendendo o somatório dos serviços e obedecido os valores máximos para cada operação/viagem, conforme explicitado nos itens anteriores.

8.4.5 O valor estimado neste termo de referência constitui-se no preço máximo de aceitação das propostas ofertadas pelas licitantes, pois se trata de limite orçamentário ao qual este Tribunal está vinculado.

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL: De acordo com as regras

padrões do edital.

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA: Para aferir a regularidade da habilitação técnica, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos, sem prejuízo de outros legalmente exigíveis:

8.6.1 Da empresa:

I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto especificado no presente Termo de Referência.

i) Os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

II - Cópia da Outorga da Autorização para Operar expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC (art. 180 e 181 do Código Brasileiro de Aeronáutica);

III - Certificado de Operador Aéreo - COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes definidas em RBAC;

IV - Cópia das Especificações Operativas, **na qual conste também autorização para realizar operação em terreno desabitado ou selva**, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

V - Autorização para realizar operação em áreas de pouso ocasional em conformidade com o item 91.327 (OPERAÇÃO DE HELICÓPTEROS EM LOCAIS NÃO HOMOLOGADOS OU REGISTRADOS), de acordo com as regras vigentes do RBHA ANAC n. 91 e eventuais alterações;

VI - Seguro de Responsabilidade do Transportador Aéreo (RETA), de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo, ou seguro comprovado pela apólice vigente e respectivo comprovante de pagamento do prêmio para cobertura de sinistros.

8.6.2 Da aeronave ou aeronaves indicadas para a execução dos serviços:

I - Comprovação do Registro da Aeronave indicada para a execução dos serviços na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações;

II - Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade da aeronave (ou das aeronaves) indicada para a execução dos serviços, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e eventuais alterações;

III - Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) aprovada e dentro do prazo de validade **ou** registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a Inspeção Anual de Manutenção (IAM), em conformidade com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 91 e eventuais alterações;

IV - Licença de Estação da Aeronave emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de acordo com a Lei n. 9.472/1997 e eventuais alterações.

8.6.3 Do piloto indicado para a execução dos serviços:

I - Identificação do piloto, comprovada por meio da Caderneta Individual de Voo (CIV), expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações;

II - Comprovação das licenças e habilitações válidas do piloto, expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações, que podem ser complementados por declarações e atestados de horas de voo do piloto, emitidos pelas empresas de taxi aéreo ou

contratantes dos serviços;

III - Certificado Médico Aeronáutico (CMA) do piloto, válido e regular, expedido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 67 e eventuais alterações;

V - Licença para exercer a atividade de piloto comercial de helicóptero (PCH), válida e regular, expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 61 e eventuais alterações.

8.6.3.1 Caso ocorram fatos supervenientes que obriguem, justificadamente, a contratada indicar novo piloto no período compreendido entre adjudicação e a execução do contrato, deverá ela encaminhar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores à data de realização dos serviços, todos os documentos relacionados no item 8.6.3 para análise e eventual aprovação pela Contratante, sob pena de apuração da responsabilidade pelo descumprimento contratual.

8.6.4 DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL: Todos os documentos técnicos apresentados serão consultados, desde que disponíveis, pela via eletrônica no site da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e em sites correspondentes.

9 - DO CONTRATO

9.1 Das condições gerais da contratação

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 A contratada deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da contratada, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da contratada.

9.1.7 O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

9.1.8 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1.9 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08. De forma supletiva: Lei n. 7.565/86, Código Brasileiro de Aeronáutica; recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC; Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA; outros documentos acerca de Aviação Civil; Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES:



9.2.1 Período previsto para a execução dos serviços:

I - Primeiro turno: de 29/09/2022 (quinta-feira) até o dia 03/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante deste TR;

II - Segundo turno, se houver: de 27/10/2022 (quinta-feira) até o dia 31/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante deste TR.

III - IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

9.2.2 Prazo de vigência: A partir da data de assinatura do Contrato até o dia 15/12/2022.

9.2.3 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

9.2.3.1 Os valores serão irrealizáveis.

9.2.3.2 Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

9.2.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.2.4.1 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Expedir, por meio do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO, autorização para execução dos serviços, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

III - Autorizar, desde que informado previamente ao ordenador de despesas, **operação de contingência** nos limites definidos neste termo de referência, na situação que suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos;

IV - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

V - Rejeitar os serviços prestados pela contratada em desconformidade com as condições estabelecidas por este termo de referência;

VI - Pagar pelos serviços executados, obedecidas as seguintes regras:

a) O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços do **1º turno da eleição**, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente executados, por meio de ordem bancária - ou ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelos Chefes de Cartórios da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) Idênticas regras serão observadas no pagamento de serviços executados em decorrência de eventual **2º turno da eleição**.

c) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

d) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

VIII - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.;

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Executar os serviços nas condições, preços e prazos estabelecidos no edital, sua proposta comercial e no contrato, devendo atender às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento, horários de saída determinados nas solicitações recebidas do Contratante e observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá as normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC, os Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) Na ocorrência de alterações da legislação aplicável aos serviços aéreos, que tenham repercussão no rol de documentos exigidos à habilitação da contratada e também pelo fato de que a maioria dos documentos está associada à medidas de segurança dos voos, essa situação será considerada e novos documentos poderão ser exigidos, em substituição ou alteração daqueles já apresentados;

c) Disponibilizar a aeronave em perfeitas condições de voo, com tripulação, combustível, seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas forma especificada neste termo de referência;

d) Comprovar o atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC ANAC n. 135, ou alterações posteriores, que trata dos equipamentos de emergência: **operação sobre terreno desabitado ou selva, a saber:** *Somente é permitido operar uma aeronave segundo este Regulamento sobre terreno desabitado ou sobre selva, se ela possuir os seguintes equipamentos para sobrevivência e busca e salvamento:*

(a) equipamento pirotécnico de sinalização;

(b) para helicópteros, um transmissor localizador de emergência (ELT) portátil ou de sobrevivência, que esteja em condições operacionais, que atenda aos requisitos dos parágrafos 91.207 (c) e (g) do RBAC nº 91. (Redação dada pela Resolução nº 546, de 18.03.2020);

(c) um conjunto de sobrevivência colocado em bolsa de lona (ou similar), com conteúdo aprovado pela ANAC e apropriado à rota a ser voada **ou:**

(1) material para sinalização, independente do equipamento pirotécnico requerido pelo parágrafo (a) desta seção;

(2) material em quantidade suficiente para purificar água e fornecer um mínimo de caloria, para o consumo de cada ocupante por 24 horas;

(3) fazedor de fogo;

(4) uma faca e manual de sobrevivência;

(5) repelente de insetos;

(6) sal de cozinha;

(7) uma lanterna, uma bússola e um apito; e

(8) um conjunto de primeiros socorros (pode ser o mesmo exigido pelo parágrafo 135.177(b)(1)); e

(d) ressalvado o parágrafo (c) desta seção, a bolsa de sobrevivência por ele requerida pode ser dispensada em um avião equipado com um ELT automático transmitindo em 406 MHz ou em um helicóptero cujo ELT requerido pelo parágrafo (b) desta seção transmita na referida frequência. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

e) Manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo contratante;

- f) Receber do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorização para execução dos serviços, inclusive de contingência, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;
- g) Aceitar, sem ônus ao contratante, a eventual mudança das datas das viagens, inicialmente previstas para OUTUBRO/22, para o mês de NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020, em função das consequências da pandemia da COVID-19, nos termos registrados neste TR;
- h) Realizar vistoria técnica no equipamento, previamente à utilização da aeronave, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências contratuais e, principalmente, como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo;
- i) Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC ANAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) *Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um helicóptero se, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero:*

(1) *tiver combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;*

(2) *puder voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro ótima; e*

(3) *tiver uma quantidade adicional de combustível e óleo lubrificante suficiente para compensar o aumento do consumo em caso de possíveis contingências.* (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

j) Apresentar, previamente à execução dos serviços, o **plano de voo das viagens** (RBAC ANAC n. 1) com todos os elementos exigidos pelas normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA;

k) Manter todos os registros da empresa, aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se durante a execução do contrato em situação de plena regularidade com os requisitos habilitatórios, inclusive com em relação aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sites oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

IV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pelo contratante, devendo a contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

V - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VI - Manter os serviços deste instrumento coberto por **apólice de seguro de responsabilidade civil** - Seguro obrigatório aeronáutico – RETA, para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado. No caso de vencimento da apólice apresentada no certame licitatório, o documento comprobatório da renovação deverá ser apresentada imediatamente ao contratante, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções estabelecidas no contrato;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros vinculados à execução do presente contrato;

X - Providenciar nos órgãos competentes, às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços;

XI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XII - Cumprir todas as demais obrigações previstas no edital, na proposta, no contrato e na legislação aplicável aos serviços.

9.5 DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO



9.5.1 a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

9.6 DA GARANTIA CONTRATUAL:

9.6.1 A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.6.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

9.6.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará, entre outros, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

10 – DAS PENALIDADES

10.1 As sanções relacionadas ao procedimento da licitação de preços constarão do edital do certame.

10.2 O descumprimento **injustificado** das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para apresentar a **garantia contratual e, se vencida, a renovação da apólice do Seguro obrigatório aeronáutico – RETA apresentada na fase do certame licitatório:**

a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;

c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Atraso injustificado no início da execução das viagens previstas em cada uma das rotas descritas no objeto do contrato:

a) multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso, até o limite de 05 (cinco) horas;

b) A partir da 5ª hora de atraso, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior, poderá ser considerada a inexecução do contrato.

c) Não será considerado atraso injustificado a eventual alteração de horários, definida de forma consensual pelas partes, em função de situações que as tenham exigido.

III - Descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, assim como a manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

a) Primeiro atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

b) Segundo atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis **ou** atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias úteis, sem prejuízo das multas previstas nas alíneas anteriores, podem caracterizar a inexecução contratual.

10.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

10.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

10.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.9 O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, ou na sua ausência, o seu substituto legal, e a fiscalização dos serviços contratados ficará a cargo dos Chefes de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marques, respectivamente, ou seus substitutos legais.

12 - DOS ANEXOS

ANEXO ÚNICO: MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (0759875).



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 06/12/2021, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0767532** e o código CRC **97904953**.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

0002802-74.2021.6.22.8000

0767532v14

Criado por 001150482305, versão 14 por 009193402356 em 03/12/2021 14:00:50.



ANEXO II DO EDITAL

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico n. ____22.

QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE			
Razão Social			
Endereço			
Fone/Fax	()	Celular	()
Representante:			
RG do Representante:	CPF Representante:		
E-mail:	Cargo/Função:		
Nome do Banco	Agência:		
Código do Banco:	Conta Corrente:		

LOTE ÚNICO (1º e 2º TURNOS DAS ELEIÇÕES)

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino				
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	
04	Guajará-Mirim/Costa Marques /Pedras Negras /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022), período da manhã	
PREÇO TOTAL DA ROTA 1					



Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
PREÇO TOTAL DA ROTA 2					

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).	
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.	
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.	
PREÇO TOTAL DA ROTA 3					

2º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022 (SE HOVER)

Logística de Transporte: Operação de Distribuição



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino				
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral	
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã	
PREÇO TOTAL DA ROTA 1					

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.	
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.	
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.	
PREÇO TOTAL DA ROTA 2					

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
--------	---	-----------	-------------	--	-------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	PREÇO
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).	
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.	
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa MArques / Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde	
PREÇO TOTAL DA ROTA 3					

PREÇO TOTAL PARA O LOTE ÚNICO (R\$)

**PREÇO TOTAL PARA AS ROTAS
1, 2 E 3 (1º TURNO)**

**PREÇO TOTAL PARA AS ROTAS
1, 2 E 3 (2º TURNO - SE HOVER)**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA
POR EXTENSO**

DECLARAÇÕES:

A licitante declara que a aeronave matrícula n. _____, indicada para a execução dos serviços:

a) possui capacidade autorizada para transportar, no mínimo, 1 (um) piloto (tripulante) e mais 4 (quatro) passageiros, que representam o total 5 (cinco) pessoas;

b) atende aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC ANAC n. 135, ou alterações posteriores, que trata dos equipamentos de emergência: **operação sobre terreno desabitado ou selva, a saber:**

Somente é permitido operar uma aeronave segundo este Regulamento sobre terreno desabitado ou sobre selva, se ela possuir os seguintes equipamentos para sobrevivência e busca e salvamento:

(a) equipamento pirotécnico de sinalização;

(b) para helicópteros, um transmissor localizador de emergência (ELT) portátil ou de



sobrevivência, que esteja em condições operacionais, que atenda aos requisitos dos parágrafos 91.207 (c) e (g) do RBAC nº 91. (Redação dada pela Resolução nº 546, de 18.03.2020);

*(c) um conjunto de sobrevivência colocado em bolsa de lona (ou similar), com conteúdo aprovado pela ANAC e apropriado à rota a ser voada **ou**:*

(1) material para sinalização, independente do equipamento pirotécnico requerido pelo parágrafo (a) desta seção;

(2) material em quantidade suficiente para purificar água e fornecer um mínimo de caloria, para o consumo de cada ocupante por 24 horas;

(3) fazedor de fogo;

(4) uma faca e manual de sobrevivência;

(5) repelente de insetos;

(6) sal de cozinha;

(7) uma lanterna, uma bússola e um apito; e

(8) um conjunto de primeiros socorros (pode ser o mesmo exigido pelo parágrafo 135.177(b)(1)); e

(d) ressalvado o parágrafo (c) desta seção, a bolsa de sobrevivência por ele requerida pode ser dispensada em um avião equipado com um ELT automático transmitindo em 406 MHz ou em um helicóptero cujo ELT requerido pelo parágrafo (b) desta seção transmita na referida frequência. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

Prazo mínimo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE



ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

MINUTA - CONTRATO TRE-RO N. ____/202__
PROCESSO SEI N. 0002802-74.2021.6.22.8000
PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/202__

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA _____,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TÁXI AÉREO, TIPO HELICÓPTERO.**

A UNIÃO, por meio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrito no CNPJ sob o n. _____, com sede _____, n. _____, Bairro _____, CEP: _____, Município _____, Estado _____, Telefone(s): _____, E-mail(s): _____, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, brasileiro(a), Cédula de Identidade RG _____/SSP-_____ e CPF _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho ____/202__-PRES/DG/GABDG, de ____/____/20__ (evento ____); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho ____/202__-PRES/DG/GABDG, de ____/____/2021 (evento ____), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO **(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), para execução de serviços de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2022, devendo a aeronave possuir capacidade para, no mínimo, 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para a execução dos cronogramas e itinerários das viagens descritos neste instrumento contratual e no Termo Referência respectivo.

Subcláusula Primeira - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços contratados, tais como: tarifas aeroportuárias, de comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil, despesas com permanência em solo, transporte, estadia e alimentação de tripulantes e outros.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta - As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são as seguintes:

1. **Guajará-Mirim:** Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 65° 20' 22'' W
2. **Santo André:** Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W
3. **Rio Negro Ocaia:** Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W
4. **Pedras Negras:** Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W
5. **Costas Marques:** Latitude: 12° 26' 42'' S // Longitude: 064° 13' 37'' W"

Subcláusula Quinta – A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. De acordo com informação disponível no site da ANAC: <http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos>, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA). **Independente dessas informações, TODOS os voos foram previstos para iniciar e encerrar em período diurno.**

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Termo de Referência respectivo e em seus anexos, incluindo os critérios de sustentabilidade social e ambiental, e as condições de habilitações indicados no Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sétima – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA AERONAVE

CLÁUSULA SEGUNDA – A aeronave a ser disponibilizada também deverá atender aos seguintes requisitos mínimos e disposições:

1. Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes da Resolução ANAC n. 293/2013 e eventuais alterações;
2. Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade da aeronave (ou das aeronaves) indicada para a execução dos serviços, emitidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de acordo com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 135 e

- eventuais alterações;
3. Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) aprovada e dentro do prazo de validade **ou** registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a Inspeção Anual de Manutenção (IAM), em conformidade com as regras vigentes do RBAC ANAC n. 91 e eventuais alterações;
 4. Licença de Estação da Aeronave emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, de acordo com a Lei n. 9.472/1997 e eventuais alterações.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 1º TURNO

CLÁUSULA TERCEIRA – Para o 1º Turno das Eleições de 2022, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado, os quais poderão sofrer variações, sem qualquer ônus ao Contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas que possam ser adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
1	Operação de Distribuição	VOO	VOO	
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/Costa Marques /Pedras Negras /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022) período da manhã

Subcláusula Primeira - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 8h00min do dia 29/09/2022 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 03/10/2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral da respectiva circunscrição.

CLÁUSULA QUARTA - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 1º Turno das Eleições de 2022, além da logística adotada na Cláusula Terceira, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará- Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.

Subcláusula Primeira - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 03/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juiz Eleitoral.

CLÁUSULA QUINTA – Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
-----------	--	-----------	-------------	---



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação Recolhimento/Retorno	de	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim		110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim		150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Pedras Negras/ Costa Marques/ Guajará-Mirim		760 Km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

Subcláusula única - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – 2º TURNO

CLÁUSULA SEXTA – Para o 2º Turno das Eleições de 2022, se houver, a execução dos serviços ora contratados deverá obedecer ao cronograma de viagens abaixo discriminado:

Logística de Transporte: Operação de Distribuição

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem da Contratada/ Guajará-Mirim/ cidade de destino			
02	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
03	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (27/10/2022 ou 28/10/2022), período da manhã, a critério do Juiz Eleitoral
04	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (29/10/2022), período da manhã

Subcláusula Primeira - A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 8h00min do dia 27/10/2022 (quinta-feira), até às 18h00min do dia 31/10/2022 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 31/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juízo Eleitoral.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de necessidade de realizar a operação de Contingência no 2º Turno das Eleições de 2022, se houver, além da logística adotada na Cláusula Sexta, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Eventual Operação de Contingência

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim/ Santo André/ Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
02	Guajará-Mirim/ Rio Negro Ocaia/ Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.
03	Guajará-Mirim/ Costa Marques/ Pedras Negras/ Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (29/10/2022 ou 30/10/2022), período da manhã.

Subcláusula Primeira - A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado previamente ao gestor do Contrato para o controle da execução dos serviços. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.

Subcláusula Segunda - Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min do domingo (dia 31/10/2022). A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. A CONTRATADA deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juízo Eleitoral.

CLÁUSULA OITAVA – Para o RECOLHIMENTO / RETORNO das pessoas e cargas, a CONTRATADA deverá obedecer ao cronograma abaixo:

Logística de Transporte: Recolhimento/Retorno

ROTA 3	ITINERÁRIO Operação Recolhimento/Retorno	de KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (30/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Costa Marques / Guajará-Mirim	760 Km	6,0 h	Segunda-feira (31/10/2022), início no período da manhã podendo se estender ao período da tarde.

Subcláusula única - Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral. Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do contrato.

DO REGIME DE EXECUÇÃO
(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
(Artigo 57, caput e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – O prazo de vigência deste contrato é a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 15/12/2022.

Subcláusula Primeira - O prazo de execução desta contratação obedecerá ao que segue:

I - Primeiro turno: de 29/09/2022 (quinta-feira) até o dia 03/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante neste instrumento;

II - Segundo turno, se houver: de 27/10/2022 (quinta-feira) até o dia 31/10/2022 (segunda-feira), de acordo com o cronograma de viagens constante neste instrumento; e

III - IMPORTANTE - POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NAS DATAS DAS VIAGENS: Por extrema cautela, embora com o avanço da vacinação e a desaceleração dos efeitos da pandemia da COVID-19, fica registrada a possibilidade de alteração das datas das viagens, sem quaisquer ônus ao contratante, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

DO VALOR
(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O valor estimado deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme proposta da CONTRATADA.

1º TURNO DAS ELEIÇÕES 2022:

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará-Mirim/cidade de destino.				
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã	
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (29/09/2022 ou 30/09/2022), período da manhã	
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques/ Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado (01/10/2022), período da manhã	
Valor Rota 1					

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (EVENTUAL)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (01/10/2022 ou 02/10/2022), período da manhã.	
Valor Rota 2					

ROTA	ITINERÁRIO Operação de	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)	VALOR MÉDIO ESTIMADO R\$
3	Recolhimento/Retorno				
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (02/10/2022) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).	
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará- Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início período da manhã.	
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Segunda-feira (03/10/2022), início no período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.	
Valor Rota 3					
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA AS ROTAS 1, 2, 3. (R\$)					

Subcláusula única: As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do PROGRAMA DE TRABALHO n. _____ e ELEMENTO DE DESPESA n. _____, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral – Eleições 2022, Nota de Empenho n. _____, de ____/____/2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1 LDA TRANSP 2

DA GARANTIA
(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste

contrato, **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

Subcláusula Quarta - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

Subcláusula Sexta – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

DO PAGAMENTO **(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços do 1º TURNO da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, o qual será realizado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

I – Idênticas regras serão observadas no pagamento de serviços executados em decorrência de eventual **2º turno da eleição**.

II - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

III - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \quad I = (6/100)/ 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO **(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – No TRE-RO, a gestão deste contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material do Patrimônio - COMAP, e a fiscalização desta contratação será de responsabilidade do Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marque, respectivamente.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seus respectivos substitutos.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS **(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos

respetivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor Neiton Lima de Carvalho, Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: ouvidoria@tre-ro.jus, o qual poderá ser futuramente alterado.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE **(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – São obrigações da CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Expedir, por meio do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO, autorização para execução dos

serviços, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;
III - Autorizar, desde que informado previamente ao ordenador de despesas, **operação de contingência** nos limites definidos neste termo de referência, na situação que suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitorais de Costa Marques ou de Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos;

IV - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

V - Rejeitar os serviços prestados pela contratada em desconformidade com as condições estabelecidas por este termo de referência;

VI - Efetuar o pagamento na forma prevista neste Contrato;

VII - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

VIII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

IX - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

XI - Alterar, caso necessário, a data de execução dos serviços previstos neste instrumento, com prévio comunicado à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, para adequação a uma eventual mudança das datas das eleições de OUTUBRO para NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020. Esta variação se justificaria em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da pandemia e eventuais de medidas sanitárias restritivas eventualmente adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições de 2022.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA **(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do CONTRATANTE, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá as normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, os Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil – RBAC, os Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) Na ocorrência de alterações da legislação aplicável aos serviços aéreos, que tenham repercussão no rol de documentos exigidos à habilitação da contratada e também pelo fato de que a maioria dos documentos está associada à medidas de segurança dos voos, essa situação será considerada e novos documentos poderão ser exigidos, em substituição ou alteração daqueles já apresentados;

c) Disponibilizar a aeronave em perfeitas condições de voo, com tripulação, combustível, seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas forma especificada no termo de referência;

d) Comprovar o atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC ANAC n. 135, ou

alterações posteriores, que trata dos equipamentos de emergência: **operação sobre terreno desabitado ou selva, a saber:**

Somente é permitido operar uma aeronave segundo este Regulamento sobre terreno desabitado ou sobre selva, se ela possuir os seguintes equipamentos para sobrevivência e busca e salvamento:

- (a) equipamento pirotécnico de sinalização;*
- (b) para helicópteros, um transmissor localizador de emergência (ELT) portátil ou de sobrevivência, que esteja em condições operacionais, que atenda aos requisitos dos parágrafos 91.207 (c) e (g) do RBAC nº 91. (Redação dada pela Resolução nº 546, de 18.03.2020);*
- (c) um conjunto de sobrevivência colocado em bolsa de lona (ou similar), com conteúdo aprovado pela ANAC e apropriado à rota a ser voada ou:*
 - (1) material para sinalização, independente do equipamento pirotécnico requerido pelo parágrafo (a) desta seção;*
 - (2) material em quantidade suficiente para purificar água e fornecer um mínimo de caloria, para o consumo de cada ocupante por 24 horas;*
 - (3) fazedor de fogo;*
 - (4) uma faca e manual de sobrevivência;*
 - (5) repelente de insetos;*
 - (6) sal de cozinha;*
 - (7) uma lanterna, uma bússola e um apito; e*
 - (8) um conjunto de primeiros socorros (pode ser o mesmo exigido pelo parágrafo 135.177(b)(1)); e*
- (d) ressalvado o parágrafo (c) desta seção, a bolsa de sobrevivência por ele requerida pode ser dispensada em um avião equipado com um ELT automático transmitindo em 406 MHz ou em um helicóptero cujo ELT requerido pelo parágrafo (b) desta seção transmita na referida frequência. (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)*

e) Manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo contratante;

f) Receber do Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorização para execução dos serviços, inclusive de contingência, na qual será informada, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;

g) Aceitar, sem ônus ao contratante, a eventual mudança das datas das viagens, inicialmente previstas para OUTUBRO/22, para o mês de NOVEMBRO/22, como ocorreu nas eleições de 2020, em função das consequências da pandemia da COVID-19, nos termos registrados no TR;

h) Realizar vistoria técnica no equipamento, previamente à utilização da aeronave, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências contratuais e, principalmente, como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo;

i) Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC ANAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um helicóptero se, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero:

(1) tiver combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) puder voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro ótima; e



(3) *tiver uma quantidade adicional de combustível e óleo lubrificante suficiente para compensar o aumento do consumo em caso de possíveis contingências.* (Redação dada pela Resolução nº 494, de 17.10.2018)

j) Apresentar, previamente à execução dos serviços, o **plano de voo das viagens** (RBAC ANAC n. 1) com todos os elementos exigidos pelas normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA;

k) Manter todos os registros da empresa, aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se durante a execução do contrato em situação de plena regularidade com os requisitos habilitatórios, inclusive com em relação aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

IV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização pelo contratante, devendo a contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

V - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VI - Manter os serviços deste instrumento coberto por **apólice de seguro de responsabilidade civil** - Seguro obrigatório aeronáutico – RETA, para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado. No caso de vencimento da apólice apresentada no certame licitatório, o documento comprobatório da renovação deverá ser apresentada imediatamente ao contratante, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções estabelecidas no contrato;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros vinculados à execução do presente contrato;

X - Providenciar nos órgãos competentes, às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços;

XI - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XII - Cumprir todas as demais obrigações previstas no edital, na proposta, no contrato e na legislação aplicável aos serviços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em caso de descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para apresentar a garantia contratual e, se vencida, a renovação da apólice do Seguro obrigatório aeronáutico – RETA apresentada na fase do certame licitatório:

- a) Até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato;
- b) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias: multa de 5% (três por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Atraso injustificado no início da execução das viagens previstas em cada uma das rotas descritas no objeto do contrato:

- a) multa de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso, até o limite de 05 (cinco) horas;
- b) A partir da 5ª hora de atraso, sem prejuízo da multa prevista na alínea anterior, poderá ser considerada a inexecução do contrato.
- c) Não será considerado atraso injustificado a eventual alteração de horários, definida de forma consensual pelas partes, em função de situações que as tenham exigido.

III - Descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, assim como a manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação:

- a) Primeiro atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;
- b) Segundo atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 03 (três) dias úteis ou atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias úteis, sem prejuízo das multas previstas nas alíneas anteriores, podem caracterizar a inexecução contratual.

Subcláusula Primeira – Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

1. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
2. Apresentar documentação falsa;
3. Não manter a proposta;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Fizer declaração falsa;
6. Cometer fraude fiscal;
7. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto; e

8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

Subcláusula Segunda – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira – Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quarta – O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

Subcláusula Quinta - O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

Subcláusula Sexta - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Sétima – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Oitava - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela



CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

Subcláusula Décima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela Instrução Normativa nº 04/2008 do TRE-RO.

Subcláusula Décima Segunda - As multas previstas neste Contrato não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Décima Terceira - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Quarta – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei

8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta - Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA RESCISÃO CONTRATUAL **(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA PUBLICAÇÃO **(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
(Artigo 55, XI e XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 7.65/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nas recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; Regulamentos Brasileiros da Aviação Civil - RBAC; Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica - RBHA, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO
(Artigo 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	_____ Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 19/01/2022, às 17:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0781887** e o código CRC **C4332BAF**.

0002802-74.2021.6.22.8000

0781887v4

Criado por 008335022380, versão 4 por 008335022380 em 19/01/2022 17:46:00.